

Luciana de Oliveira Dias¹
Lyzyê Inácio Almeida²

***EU EMPREGADA DOMÉSTICA: HERANÇAS,
RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL***

***I AM A HOUSEKEEPER: HERITAGES,
RESISTANCE AND ACTION OF
HOUSEKEEPER IN BRAZIL***

¹ Universidade Federal de Goiás, email: lucianadias@ufg.br.

² Universidade Federal de Goiás, email: lyzye_lia@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo resulta de um estudo interdisciplinar de processos de resistência às violações de direitos de trabalhadoras domésticas no Brasil, processos estes conduzidos por movimentos sociais e políticos liderados por mulheres negras. Complementarmente, as resistências e enfrentamentos das trabalhadoras domésticas foram lidos por meio de relatos retirados da página do *Facebook - Eu Empregada Doméstica*. Esses relatos indicam que as trabalhadoras domésticas foram e ainda são destituídas de poder e direitos, sendo a profissão um dos legados atualizados do período escravocrata. Inicialmente recorremos a uma descrição de fragmentos de vidas, como de Dona Laudelina, que informam uma narrativa insurgente das trabalhadoras domésticas, seus enfrentamentos, heranças e lutas por direitos trabalhistas e humanos. Seguimos a escrita com uma análise reflexiva dos relatos publicamente disponibilizados na página *Eu Empregada Doméstica* que contam sobre o dia a dia das trabalhadoras domésticas na casa dos patrões. O eixo das reflexões realizadas, que considerou a intersecção entre racismo e machismo, esteve situado nos processos de engajamento e subalternização das trabalhadoras domésticas, majoritariamente negras, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadoras Domésticas; *Facebook*; Direitos Humanos; Mulheres Negras.

ABSTRACT

This article is an interdisciplinary study of processes of resistance to violations of the rights of domestic workers in Brazil. We study social and political movements led by black women. In addition, the housekeeper's confrontations were interpreted through reports taken from the Facebook page - *Eu Empregada Doméstica*. These reports indicate that the housekeeper was, and still is, deprived of power and rights. The profession is one of the updated legacies of the slave period. Initially we made a description of fragments of lives, such as Laudelina, which inform about an insurgent narrative of the housekeeper. And also, of their confrontations, inheritances and struggles for labor and human rights. In a second part of the text, we analyze the reports published on the page *Eu Empregada Doméstica*. The housekeeper tells about her everyday home of the bosses. The axis of the reflections carried out, which considered the intersection between racism and machismo, was situated in the processes of engagement and subordination of housekeepers, mostly black, in Brazil.

KEYWORDS: Housekeeper; Facebook; Human rights; Black woman.

INTRODUÇÃO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), na 100ª Conferência Internacional do Trabalho ocorrida na cidade de Genebra, em 2011, informa que o Brasil emprega sete milhões de trabalhadores domésticos, em sua maioria mulheres e negras (PINTO, 2015, p. 5). As trabalhadoras domésticas ocupam a base de uma estrutura societária piramidal que admite pouca ou nenhuma mobilidade a esses sujeitos, ao longo de gerações. Sobre essa estrutura, a filósofa Sueli Carneiro (2018, p. 153) realiza importante reflexão sobre as mulheres negras que integram a “expressiva massa de população mestiça construída na relação subordinada de mulheres escravas negras e indígenas com seus senhores, nos tornando um dos pilares estruturais da decantada ‘democracia racial brasileira’”.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e embora muitas pessoas escravizadas tenham lutado contra esse sistema de exploração, restaram heranças tanto na relação hierarquizada, originalmente entre escravocratas branco-europeus e escravizados negro-africanos, quanto, e principalmente, na separação racial, nesta hierarquização, ficando as pessoas negras inferiorizadas e estigmatizadas (GOFFMAN, 1988) pelo trabalho degradante, pelo formato que objetiva e desumaniza, que desenvolviam no período escravocrata.

Naquele período se institui também um “eu hegemônico” (CARNEIRO, 2005), estruturado no mito da superioridade das pessoas brancas sobre as negras. O Outro foi definido não como um africano escravizado, mas como um não-ser. Jessé Souza (2017) estuda o período escravocrata como responsável pela articulação de um pacto para que uma sociedade excludente e cruel pudesse se perpetuar. Desse modo, “a sociedade na qual vivemos foi moldada fundamentalmente nos últimos quinhentos anos pelas realidades de dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global” (MILLS, 1997 apud CARNEIRO, 2005, p. 46-47).

Entender minimamente aquele momento histórico ajuda a entender também a relação entre patrões e trabalhadoras domésticas, já que esta relação apresenta resquícios atualizados da escravidão de outrora. Mesmo quando é incorporada a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas como na legislação trabalhista atual, na Lei Complementar nº 150, anteriormente conhecida como a PEC das Domésticas, ainda se verifica a precarização desse tipo de emprego e a dificuldade da garantia de direitos pelo legislativo e pelos contratantes. No imaginário coletivo ainda está viva a violenta associação entre mulheres negras e serviços. Uma violência que se deve ao aprisionamento das mulheres negras a um estereótipo de raça e classe.

Destacamos que a violência, amplamente compreendida, causa danos na integridade física ou moral, nas poses ou em participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989 apud WAISELFISZ, 2011, p. 16). As violências de base racista vêm sendo historicamente combatidas desde a formação dos quilombos à organização de movimentos sociais e a criação de associações e sindicatos. Realçamos que os insuficientes momentos de efetivação de direitos das trabalhadoras domésti-

cas no Brasil decorrem de lutas empreendidas pela própria categoria organizada em movimentos sociais e políticos. Foram essas lutas que provocaram algumas alterações positivas para as trabalhadoras domésticas, como os formatos de empregabilidade, a idade, dentre outras.

São questões como estas, que envolvem heranças, resistências e enfrentamentos das trabalhadoras domésticas no Brasil que estudaremos neste artigo. Para mais bem compreender todo esse movimento tomamos as redes sociais como espaços de luta coletiva por direitos, denúncias de violências sofridas e acolhimento. Adentramos com curiosidade na página *Facebook* - *Eu Empregada Doméstica*, e lá construímos o campo onde a pesquisa se fez. Reunimos relatos de trabalhadoras e ex-trabalhadoras que se manifestam na página *Facebook* organizada por Joyce Fernandes, também conhecida como Preta Rara, paulista, hoje *rapper* e professora de história.

A Preta Rara, no dia 19 de julho de 2016, decidiu compartilhar em sua página do *Facebook*, uma situação que havia impactado-a quando exercia a função de empregada doméstica, colocando a *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica. Devido à ampla difusão da postagem, Preta Rara cria uma *fanpage*, página específica de fãs no *Facebook*, com o nome de *Eu Empregada Doméstica*. Nessa página é disponibilizado um endereço de e-mail para que as pessoas possam contar sua experiência atual ou anterior na condição de trabalhadoras domésticas e a partir desses e-mails Preta Rara faz as publicações na *fanpage*. A iniciativa de criação da página, bem como a ação de cada mulher empregada ou ex-empregada doméstica permite o registro e publicização de violações de direitos e também possibilita contar uma história de resistência.

Neste artigo, em um primeiro momento, nos propusemos a discutir como a violação de direitos de trabalhadoras domésticas no Brasil guarda uma herança colonial que é atualizada, perpetuando relações que aprisionam mulheres negras em uma inferioridade com relação aos seus empregadores. Essa discussão foi levada à cabo por meio de um diálogo que se fez com fragmentos da vida de Laudelina de Campos Mello em Santos-SP. Essa narrativa insurgente foi complementada com algumas informações sobre as lutas por dignidade no emprego doméstico que foram travadas também por Odete Maria da Conceição no Rio de Janeiro-RJ, Lenira Carvalho em Recife-PE, Creuza Maria de Oliveira em Salvador-BA.

Avançamos para um segundo momento com análises e reflexões sobre os relatos recolhidos na página - *Eu Empregada Doméstica* que informam sobre enfrentamentos de empregadas domésticas aos lugares subalternos, às normatizações de estereótipos destituidores de humanidade e às violações de direitos trabalhistas e humanos. A página do *Facebook* se mostra como mais um espaço de denúncia e enfrentamento que tem colaborado para o fortalecimento de uma pauta de reivindicações e articulações que podem levar a processos de ressignificação identitária de mulheres, em sua maioria negras, que são trabalhadoras domésticas. Podendo levar também, pela articulação que se forma entre elas, a uma luta mais coletiva por direitos.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL: FRAGMENTOS DE VIDAS E NARRATIVAS INSURGENTES

O emprego doméstico no Brasil marca a história do país desde sua fundação e está previsto no art. 1º, da Lei Complementar n.º 150, de 1º de junho de 2015 como uma “prestação de serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família, no âmbito residencial destas por mais de 2 (dois) dias por semana”. Sua origem remete à invasão portuguesa no Brasil, quando no período colonial raptaram pessoas no continente africano e aqui as tornaram “Mucamas, babás, cozinheiras, lavadeiras, costureiras, meninos de recado, cocheiros, copeiros, amas e pajens, eram os escravizados da Casa Grande.” (COSTA, 1966 apud KOFES, 2001, p. 134).

Eram serviços domésticos não remunerados que foram impostos e sobre os quais houve muita resistência. A resistência à super exploração vem acontecendo há séculos nos mais variados formatos, indo da passividade - como aquela das mães-pretas que transmitiam valores às crianças brancas que cuidavam (GONZALEZ, 2018, p. 23) - à atividade - conforme atuação de Esperança Garcia, escravizada, que vivia na Fazenda dos Algodões, em 1770, na região de Oeiras, então capital do Piauí. Esperança Garcia considerava viver em um inferno desde que seu senhor, o capitão Antônio Vieira Couto, a tirou da fazenda onde ela morava com o marido e os filhos e a levou para ser sua cozinheira. Ela escreveu uma carta ao governador do Piauí, denunciando as selvajarias praticadas por seu senhor, que não permitia que ela se encontrasse com seu marido, espancava seu filho e a ela própria e ainda a impedia de se confessar e de batizar as crianças negras. (MOTT, 1985 apud NARLOCH, 2017, p. 55-56).

Assim como Esperança Garcia, foram muitas outras que ocuparam espaços públicos, buscando combater as injustiças e desenvolver certa autonomia, ainda assim prevaleceu o estereótipo de serviçais para as negras. Lélia Gonzalez (2018) ressalta que as mulheres negras são percebidas no campo profissional, ainda hoje, como doméstica ou mulata. Mulata não como sinônimo de mestiça, mas como um produto de exportação e objeto sexual que compreende a exposição de corpos semi-nus que rebolam para o deleite de outros, fazendo cumprir o preceito racista de “preta pra cozinhar / mulata pra fornicar / e branca pra casar” (GONZALEZ, 2018, p. 45-46).

Historicamente, as mulheres negras foram “destituídas do *status* do ‘ser’, seus corpos foram excluídos da condição de sujeitos sociais, sendo-lhes negadas suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento e participar ativamente do fazer histórico” (CARDOSO, 2018, p. 318). As histórias de luta e resistência das pessoas negras são ainda pouco conhecidas, o que aponta para um violento apagamento, invisibilização ou estigmatização. Atento a essa violência, Amilcar A. Pereira (2014, p. 80) entende que “essa escassez de memórias e histórias nos espaços de aprendizagem dificulta as construções identitárias positivas pelos indivíduos pertencentes a grupos politicamente minoritários”. Esses estereótipos sobreviveram no imaginário coletivo e ainda aprisionam as mulheres negras. Todavia, ainda

hoje, é a resistência que caracteriza as lutas de trabalhadoras domésticas pela efetivação de direitos humanos e trabalhistas.

As dificuldades impostas foram valentemente enfrentadas por pessoas negras e, especialmente, por mulheres negras que denunciaram o racismo “[...] *A gente não tinha nome, era negra, negrinha.* (Entrevista a Laudelina de Campos Mello. PINTO, 2015, p. 183) e protagonizaram processos de resistência a violências e violações de direitos. Mulheres negras como Laudelina de Campos Mello em Santos-SP, Odete Maria da Conceição no Rio de Janeiro-RJ, Lenira Carvalho em Recife-PE e Creuza Maria de Oliveira em Salvador-BA lutaram bravamente para tornar mais dignas as condições de trabalho das empregadas domésticas no Brasil. Conhecer um pouco da trajetória dessas mulheres permite saber mais sobre movimentos liderados por pessoas que, “se inseriram criticamente na história, assumindo o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1980, p. 26).

Laudelina de Campos Mello, ou Dona Laudelina, nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, no dia 12 de outubro de 1904. Negra, precocemente destinada ao emprego doméstico compondo o grupo das “triplamente discriminadas” (DAVIS, 2013), ou seja, oprimida por sua classe, sua raça e seu gênero. Lélia Gonzalez (2018, p. 45) enfatiza que a empregada doméstica “[...] sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares. É tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar”.

Quanto à Dona Laudelina, Elisabete A. Pinto (2015, p. 34) lembra que além de empregada doméstica,

[...] foi eterna cuidadora dos indivíduos e dos grupos negros: cuidou de sua família, dos vizinhos, cuidou das aparições negras. Das crianças negras que queriam dançar balé, tocar piano e eram impedidas por serem negras, fundando a Escola de Bailarinos Santa Efigênia. Deu força aos homens negros de sua época, ensinando-lhes como se ama, como se luta, sobretudo mostrando-lhe a força negra feminina. Ensinou com valentia e diplomacia os brancos de sua época a respeitarem e a conviverem com negros.

Na medida em que incitou o amor próprio e o auto-respeito aos negros sua luta foi singular, fazendo jus aos “sinais” da vida para sua trajetória terrena, nascendo no mesmo dia em que a Umbanda comemora o dia de Oxum, Orixá que transmite à Dona Laudelina seu arquétipo. Oxum é a Orixá de energia feminina, yabá, associada à maternidade, ao amor, à doçura, à fartura e à riqueza. É uma “Orixá que habita as águas doces, condição indispensável para a fertilidade da terra e produção de seus frutos, donde decorre sua profunda ligação com a gestação” (CARNEIRO, 2018, p. 68). Oxum é a contrapartida da mulher estereotipada, uma doce guerreira, nada tendo de submissa. É a mais bela yabá, a mulher por excelência, que é meiga, faceira e esperta, aquela que cativa os homens e os domina.-

Aos sete anos de idade, Dona Laudelina já executava a função de babá para ajudar sua mãe, que havia começado a trabalhar na lavanderia de um hotel. Com a infância comprometida, Dona Laudelina foi educada para o trabalho do-

méstico. Cuidou dos irmãos, foi pajem, ajudou a mãe na cozinha fazendo doces. Um dia seria uma empregada doméstica com qualificação e uma dona de casa aplicada, pensava sua mãe. Com dezesseis anos deu início ao exercício do serviço doméstico remunerado (PINTO, 1993). Ainda em Poços de Caldas, com dezesseis anos, começou a militar de forma organizada atuando como presidente do Grupo Negro “13 de Maio”, que tinha finalidades recreativas e de acolhimento.

Aos dezessete anos, Dona Laudelina trabalhou para a família de Juscelino Kubitschek, como copeira e, aos dezoito anos, resolveu trabalhar em São Paulo-SP, com a família Kasamone, também como copeira. Há que se reconhecer que sua “relação com esta família, Kasamone, era uma relação escravocrata” (PINTO, 2015, p. 376). Nessa situação que ultrapassava a mera função de empregada doméstica ela permaneceu até seus vinte anos de idade, em 1924, quando casou-se e mudou-se para Santos-SP.

Entre os anos de 1925 e 1928, participou junto com o marido da Associação “Saudades de Campinas”, um grupo cultural negro com objetivos recreativos. Essa associação foi fundada em um período em que era relegado à mulher pobre o trabalho e a vida doméstica. Seu marido era o secretário e ela a oradora oficial e vice-presidente. Em 1936, Dona Laudelina filiou-se ao Partido Comunista e no dia 08 de julho de 1936, ainda em Santos-SP, fundou a primeira Associação Benéfica das Domésticas com o objetivo de protegê-las das violações de seus direitos fundamentais, na esperança futura de tornar-se um sindicato.

Conforme os estudos de Elisabete A. Pinto (2015, p. 443), a primeira associação de empregadas domésticas do Brasil surgiu “em meio às discussões do movimento negro, e da realidade de miséria e abandono, na qual se encontravam as mulheres negras empregadas domésticas.”. Dona Laudelina, semi-alfabetizada, encarou o emprego doméstico como missão de vida, atuando em várias frentes e sem contar com o apoio do movimento negro. De acordo com Elisabete A. Pinto (2015, p. 446)

A militância negra se importou muito pouco com as empregadas domésticas. Dona Laudelina e as mulheres negras empregadas domésticas lutaram praticamente sozinhas. Ela lutou mudando o rumo dessa história de trabalho impregnada de injustiças e submissão. Ela foi governanta, administradora de fazenda, dona de pensão, microempresária da cozinha, promotora cultural e de eventos. Profissões que atualmente necessitam de cursos universitários para formar profissionais. Era guerreira, evoluída, amorosa e militante.

As atividades desenvolvidas com as empregadas domésticas na associação em Santos-SP eram estendidas a outras categorias, a pessoas carentes, idosas e crianças. Os esforços de Dona Laudelina eram também por transformar a associação em sindicato das empregadas domésticas. Para isso realizou algumas viagens ao Rio de Janeiro, capital do Brasil à época (1763-1960), para tratar com alguns políticos sobre os direitos humanos e trabalhistas das empregadas domésticas. “Em 1945, Dona Laudelina votou pela primeira vez, o que lhe fez sentir uma cidadã brasileira plena de direitos” (PINTO, 2015, p. 251). Se filiou a alguns partidos políticos, embora criticasse suas dificuldades em compreender as especificidades

negras. Dizia que:

Eles pensavam que é tudo igual (a realidade dos trabalhadores brancos e negros e das mulheres). Na verdade, eles sabem que não é, mas se reconhecerem vai ter que dividir poder. E é o que ninguém quer: dividir poder. Os partidos têm donos. (Entrevista a Laudelina de Campos Mello. Pinto, 2015, p. 257).

Após a Segunda Guerra Mundial, entre 1945-1949, voltou a trabalhar em Santos-SP, como empregada doméstica. Depois acompanhou seus patrões em uma mudança para Campinas-SP, substituindo, entre 1949 e 1953, a governanta da fazenda que adoecera. Mais tarde, a fazenda transformou-se em um hotel-fazenda e Dona Laudelina foi promovida à gerente. Após a morte da patroa, decidiu ir para a área urbana de Campinas onde voltou a desempenhar o emprego doméstico até aproximadamente 1954. Mais tarde montou uma pensão e começou a vender quitutes, vestida de trajes baianos, no Campo do Guarani e no Campo da Ponte Preta, clubes de futebol de Campinas (COSTA, 2007, p. 121).

Ainda em Campinas, no final de 1959 e inícios dos anos 60, retoma a reivindicação pela garantia dos direitos das empregadas domésticas. Com 53 anos de idade e não mais trabalhando como doméstica, na companhia de um pequeno número dessas trabalhadoras, deu início a uma mobilização através de anúncios no rádio, jornais e da solidariedade de alguns sindicatos. Conseguiu uma parceria com Pedro Segundo Simionato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Imobiliária de Campinas, e realizou no dia 18 de maio de 1961, a reunião de fundação da Associação das Empregadas Domésticas, agora em Campinas.

Seu entusiasmo era contagiante, sentiu que era possível conscientizar as trabalhadoras domésticas para que não se deixassem ser exploradas nas casas de seus patrões e que, depois, juntas, poderiam reivindicar a equiparação aos demais profissionais cuja profissão era reconhecida legalmente. Convicta, Dona Laudelina sabia que as empregadas domésticas podiam e deveriam ser uma categoria profissional como as outras abarcadas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, cujo Decreto-Lei foi aprovado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1943.

Dona Laudelina travou uma luta contra injustiças sociais e políticas. Criadora da Escola de Bailados Santa Efigênia, ela queria as pessoas felizes, livres e integradas. Ela “buscava integrar o grupo negro do bairro em que residia, com a grande comunidade afro-brasileira de toda a cidade e da região. Era conhecida como uma espécie de gerente urbana, que cuidava do bairro e das pessoas, em Campinas-SP” (PINTO, 2015, p. 28). Além disso, ela “tinha com os patrões contato direto. Interferia diretamente nas relações de empregada doméstica e sua patroa, uma vez que o departamento jurídico do sindicato não poderia resolver tais questões, devido à ausência de legislação.” (PINTO, 2015, p. 414).

Desde o período da associação de Santos-SP, a preocupação maior de Dona Laudelina era que as empregadas domésticas alcançassem dignidade na profissão e que fossem iguais aos outros trabalhadores em termos de direitos e, por consequência, conquistassem o direito a sindicalização. O que seria

possível se o analfabetismo fosse banido, então ela começou a realizar cursos de alfabetização. Concomitantemente, propunha a legalização da profissão, já que à época as empregadas domésticas estavam excluídas da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT¹. Em 1962 foi à Brasília assistir à votação de projetos de lei que beneficiavam a categoria. Em 1964, com o golpe militar instaurando o período ditatorial no Brasil, a associação estava livre para funcionar apenas como instituição de caridade, distribuindo alimentos aos pobres.

Em 1966, voltou a Brasília com os sindicalistas para falar com o então ministro do trabalho Jarbas G. Passarinho, reivindicando a implementação da Lei Ordinária da Previdência Social, pois a empregada doméstica, embora tivesse direito à contribuição previdenciária junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), era de forma facultativa. Ainda em Brasília, Dona Laudelina tratou da regulamentação da profissão e a transformação da associação em sindicato, entretanto, o ministro alegou que os direitos trabalhistas deveriam ser conquistados pela classe unida. Essa procrastinação foi o bastante para mobilizar aquela mulher que buscou aliança nos estados e municípios, teve ajuda da igreja católica e de alguns políticos que até destinaram uma quantia da sua verba pessoal para a Associação das Empregadas Domésticas. Contudo, essas alianças não foram harmônicas já que a motivação de seus aliados era a caridade, enquanto a luta de Dona Laudelina era por justiça.

Em 1968, com apoio da primeira-dama do Estado, Maria do Carmo de Abreu Sodré, presidente do Plano de Amparo Social (PAS), montou uma creche para os filhos das domésticas ficarem durante o dia, que chegou a ter 15 crianças. Dona Laudelina havia se engajado de forma significativa, ficando conhecida como a referência na luta pela efetivação de direitos das empregadas domésticas e conhecida também como “o terror das patroas”, estas que não estavam nada satisfeitas. Foi incompreendida até pela vice-presidente da associação que acreditava que ela exagerava acerca das dificuldades colocadas para as empregadas domésticas. Naquela atmosfera de desentendimentos e incompatibilidades Dona Laudelina acabou tendo que deixar a associação. A vice-presidente passou a atuar sozinha, investindo em uma candidatura fracassada para vereadora. Em decorrência desses conflitos ideológicos, políticos e das disputas de poder, a associação acabou fechando.

Em 1982, aos 78 anos de idade, Dona Laudelina retomou sua luta pela causa das empregadas domésticas. Duas mulheres, Marquesa e Maria, a procuraram em casa e solicitaram sua ajuda para recomeçar a associação. Com o estatuto em sua posse e ainda sendo a presidente registrada, aconteceu a volta de Dona Laudelina. Juntas participaram do V Congresso das Empregadas Domésticas, no Recife, em 1985. Em 1988, ano de promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil, Dona Laudelina e outras companheiras se movimentaram

¹ CLT, Decreto-Lei N.º 5.452 de 1º de maio de 1943, art. 7º: Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.079, 11.10.1945) a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

e com a ajuda da deputada federal pelo Rio de Janeiro, Benedita Sousa da Silva Sampaio, presenciaram a extensão dos direitos já garantidos a outros profissionais às empregadas domésticas e o direito à sindicalização.

A associação recebeu o estatuto de sindicato. A Associação de Santos-SP, o atual Sindicato dos Trabalhadores de Campinas-SP tem a sua história entrelaçada com a trajetória de Laudelina de Campos Mello. Hoje, o sindicato de Campinas oficialmente é o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região (Valinhos, Paulínea, Hortolândia e Sumaré), com sede em Campinas, podendo representar juridicamente a categoria em toda extensão territorial mencionada. Em 10 de janeiro de 1989, em Campinas, foi fundada a “Casa Laudelina de Campos Mello”, organização não governamental, sem fins lucrativos, com a finalidade de agregar aportes para efetivação de políticas sócio educativas, político-culturais, econômicas e ambientais voltadas para as mulheres negras. Dona Laudelina, acolheu com muito carinho o reconhecimento, recebendo cartas advindas de diversos lugares do Brasil.

Desde sua perspectiva, fundamental era a legalização da profissão empregada doméstica, bem como a garantia do direito à sindicalização e da capacitação e escolarização das mulheres negras para que se livrassem da discriminação e super exploração. Toda a movimentação de Dona Laudelina nos coloca em contato com as reflexões expressas por Angela Davis (2017) em entrevista ao jornal El País ao afirmar que quando uma mulher negra se movimenta “toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras”. As mulheres negras somos muitas, estamos em movimento e “nossos passos vêm de longe” (WERNECK, 2009) e Dona Laudelina percorreu caminhos e deixou passos a serem seguidos e o são e foram especialmente por Odete Maria da Conceição, Lenira Carvalho, Creuza Maria de Oliveira que também se preocuparam com “as lutas da população afro-brasileira frente às injustiças que lhes foram impostas em diversos contextos como via de desnaturalização da sua associação exclusiva à escravidão, à submissão e à resignação” (CRESPO, 2016, p. 166).

Essas mulheres negras e ex-empregadas domésticas estiveram à frente da criação de suas respectivas associações como agrupamento de pessoas com a finalidade comum de buscar a defesa de seus interesses de classe e de seus direitos. É do lugar de engajamento e consciência de raça, gênero e classe que Dona Odete influenciou diretamente na fundação da Associação das Empregadas Domésticas no Rio de Janeiro, em 1961; que Dona Lenira atuou como presidenta da Associação das Empregadas Domésticas no Recife, na década de 1970; e, que Dona Creuza, conduziu a criação da Associação das Empregadas Domésticas em Salvador, em 1986. Destacamos estas, mas ressaltamos que são muitas as que dedicaram suas vidas ao movimento das empregadas domésticas, valendo lembrar aqui de Anunciação Marquesa, Regina Teodoro, Regina Semião, Anna Semião de Lima, do Sindicato de Campinas-SP, Francisca dos Santos, Ione Santana, Maria do Carmo, Maria José, Marinalva Barbosa, do Sindicato da Bahia-BA, Eunice Antônia,

Maria Carmelita, Nila Cordeiro, do Sindicato de Recife-PE, Aparecida Lima, Arianda de Jesus, Carli dos Santos, Maria de Lourdes de Jesus, Maria dos Prazeres, Maria Noeli dos Santos, do Sindicato do Rio de Janeiro (COSTA, 2007, p. 6).

Essas mulheres foram pioneiras na constituição, manutenção e fortalecimento da solidariedade política das trabalhadoras domésticas. Elas “encontraram seus caminhos e autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaços e representações e fizeram-se presentes nos espaços de importância para o avanço da questão da mulher hoje” (CARNEIRO, 2018, p. 181), muito embora poucas informações sobre suas vidas e lutas tenham sido documentadas.

Uma das responsáveis pela fundação da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro-RJ foi Dona Odete que marcou presença no movimento das trabalhadoras domésticas em curso encabeçado por Dona Laudelina, quando esta fundou a Associação Beneficente das Domésticas, em 8 de julho de 1936. Dona Odete e outras mulheres começaram a se destacar por inaugurarem a organização política das trabalhadoras domésticas do Brasil, lutando pela criação de associações e sindicatos em suas regiões.

No Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, fundado em 1989, foi antes a Associação Profissional dos Empregados Domésticos, fundado em 1961, tendo sido Dona Odete uma de suas presidentas. Dona Odete percebia que as empregadas domésticas eram tidas como propriedade das patroas, que insistiam em tratá-las sem profissionalismo. Acreditava que os congressos, encontros e as associações seriam o caminho para a ampliação dos direitos para a categoria e conscientização dessas trabalhadoras para que elas se libertassem da condição de propriedade de outrem.

Essa lucidez fez com que Dona Odete, aliada a outras empregadas domésticas fundassem em 1961 a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, com registro em 1963. Naquele mesmo período a Juventude Operária Católica, a JOC, realizou o Primeiro Congresso Regional das Empregadas Domésticas, em Recife, reunindo trabalhadoras do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Antes, no ano de 1960, a JOC também realizou o Primeiro Encontro Nacional de Jovens Empregadas Domésticas, no Rio de Janeiro, reunindo 24 trabalhadoras domésticas de várias regiões do país (COSTA, 2007).

Dona Odete se destacou por ter se esforçado muito para que a associação pudesse existir, tendo se tornado uma das primeiras presidentas. A primeira foi Maria José Souza Matos, seguida por Anazir Maria de Oliveira, a Zica, e após a transformação em sindicato, sua presidenta foi Nair Jane de Castro Lima e por último Carli Maria dos Santos, esta a atual presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, do Rio de Janeiro, fundado em 1989. A Associação do Rio de Janeiro é lembrada como a mais influente na fase inicial da organização nacional da categoria. Ademais, em 1974 sediaram o 2º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas. O primeiro havia sido em São Paulo, em 1968.

Lenira Carvalho nasceu em 1932, na região canavieira de Alagoas, município de Porto Calvo. Na infância morou com sua mãe em um cômodo reservado

aos empregados de um engenho de cana-de-açúcar. Aprendeu a ler e escrever com a tia dos donos da casa onde sua mãe exercia a função de empregada doméstica e morando com o irmão começou a treinar a leitura nos folhetos de cordel. Contudo, inicialmente foi trabalhar de Babá na casa de seu padrinho no Recife, um dos filhos da patroa de sua mãe, “o filho do homem que havia deflorado minha mãe!” (CARVALHO, 1999 apud RONCADOR, 2004, p. 170). Não demorou muito e então começou a fazer o trabalho doméstico da casa, trabalhando de segunda a segunda, durante quase 16 anos, sem direito a folgas e mesmo se tornando uma espécie de governanta nunca chegou a receber um salário mínimo.

Dona Lenira foi outra notável liderança na luta pelos direitos das empregadas domésticas no Brasil. Responsável pela fundação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, do Recife-PE. Além de ter presenciado o Congresso Regional de Empregadas Domésticas no Recife, em 1º de maio de 1963, onde aconteceu a primeira passeata da categoria no Brasil. Em 1968 participou do Primeiro Congresso de Trabalhadoras Domésticas em São Paulo-SP e dos vários outros, como por exemplo, no Rio de Janeiro, em 1974, em Belo Horizonte em 1978, em Porto Alegre em 1981 e em Olinda em 1985.

No final da década de 1970 fundou a Associação das Empregadas Domésticas da Área Metropolitana de Recife, que passou a funcionar como sindicato em 1988, com o direito à sindicalização, agora garantido pela Constituição Federal. No início da década de 1980, seu depoimento como fundadora da Associação dos Empregados Domésticos de Recife foi gravado pela NOVA, uma Organização não Governamental - ONG carioca envolvida com pesquisa, assessoramento e avaliação em educação. O depoimento foi transcrito e publicado no mesmo ano, recebendo o título “Só a gente que vive é que sabe”. Dona Lenira também é autora do livro “A luta que me fez crescer”, no qual retrata os sinais sedimentados na alma pela experiência de que só quem foi uma empregada doméstica pode saber. (RONCADOR, 2004).

Ao retornar para o trabalho, após ter se dedicado ao V Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em Olinda, no ano de 1985, ocupou-se como faxineira na ONG SOS Corpo, momento em que aprofundou conhecimentos e participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, se dirigindo ao presidente, Ulysses Guimarães, pois eleita porta voz das empregadas domésticas. Na ocasião, Dona Lenira informa que

Somos cerca de 4 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, nós não queremos ser da família, nós não somos da família, não somos parentes dos nossos patrões. O que nós queremos é que os senhores reconheçam a importância dessa categoria pro Brasil na hora de votar pelos nossos direitos. Que os senhores levantem seus crachás a favor dos nossos direitos, de leis que garantam salários, folgas, aí sim estarão reconhecendo as trabalhadoras domésticas, seu trabalho e sua condição de seres humanos. (ELAS, 2017).

Naquela ocasião também se encontravam presentes Dona Laudelina e outras que se organizaram com a ajuda da deputada federal pelo Rio de Janeiro Benedita Sousa da Silva Sampaio. Foi um dia vitorioso e histórico, pois ao final

a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, passou a determinar como direito estendido à categoria dos empregados domésticos a maioria daqueles que já estavam previstos para outras categorias profissionais, tais como o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado; a irredutibilidade do salário; o décimo terceiro salário; o repouso semanal remunerado; o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; a licença à gestante; a licença-paternidade; o aviso prévio proporcional e a aposentadoria e integração à previdência social (BRASIL, 1988). Com o direito à sindicalização assegurado, a conquista dos demais direitos e a busca do pleno reconhecimento profissional continuaram sendo a pauta principal, mas agora dos Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas, não mais das Associações.

Finalmente apresentamos Creuza Maria de Oliveira que foi responsável por viabilizar a criação da Associação dos Trabalhadores Domésticos da Bahia, em 1986. Dona Creuza começou a trabalhar como doméstica por volta dos dez anos de idade. Aos cinco, seu pai já havia falecido e aos treze anos perdeu sua mãe. Foi então morar com uma família que prometeu colocá-la na escola desde que fizesse o todo o serviço da casa e fosse babá de uma criança de dois anos. Dona Creuza conta

E assim levei minha infância, adolescência e juventude. Na época, não tinha noção de que estava sendo violentada nos meus direitos de criança, de que estava assumindo responsabilidades de uma pessoa adulta e sofrendo diversos tipos de violência. Sofri violência moral e tentativa de violência sexual. (ELAS, 2017).

Queixava-se do tratamento recebido de seus patrões, que faziam piadas principalmente com seu cabelo e com sua família, discriminavam-na, humilhavam-na, espancavam-na, foi assediada, impedida de estudar e teve sua infância sequestrada.

Convivia com as crianças da casa, mas sentia o tratamento desigual para comigo, também criança. A minha refeição era feita pela patroa com o resto de comida do prato dos seus filhos, ela dizia: 'pode comer, tá limpo'. O prato em que eu comia era diferente dos outros e ficava guardado embaixo da pia. Dava-me como exemplo dizendo aos filhos: 'se você não estudar, vai ser graxeira, vai ser empregada'. Foi um longo processo de negação de mim mesma, da minha humanidade e da perda da minha infância que foi junto com a morte de meus pais. Meus afazeres e as constantes humilhações não me permitiam ser criança, brincar, fantasiar e muito menos ir à escola como haviam prometido. Quando meus patrões saíam para passear, aos domingos, meu lugar era atrás, carregando e sendo responsável por uma criança de dois anos, um esforço sobre humano para uma criança de dez anos de idade. Eu queria que fosse diferente. Era a primeira a acordar, não podia visitar a minha família, não podia estudar, fazer amigos e era sempre responsável pela criança. Era criança, mas trabalhava como se fosse um adulto. A ilusão de sair do interior, trabalhar na cidade ir à escola não se concretizou. Ao visitar-me, de seis em seis meses, minha mãe recebia restos de comida, roupas usadas e cerca de vinte reais, que era a 'paga' pelos meus serviços. Neste período o meu maior sofrimento era o espancamento, por qualquer motivo, sendo taxada de lerda, idiota, preguiçosa etc. Quando a patroa não estava em casa, o pai dela, de sessenta anos, mostrava-me os órgãos genitais, masturbava-se e pedia que eu pegasse. Não tinha noção de que estava sofrendo abuso sexual (Depoimento no Fórum Especial de Creuza Maria de Oliveira. COSTA, 2007, p. 95).

Por volta dos vinte e sete anos de idade, Dona Creuza começou a participar do grupo de domésticas que se reunia em um colégio particular, de classe média, o Colégio Antônio Vieira, com o intuito de conversarem sobre a semana de trabalho. Em 1984, começou a mobilizar outras empregadas domésticas para participarem de encontros que aconteciam no Colégio Antônio Vieira, que oferecia bolsas noturnas para as trabalhadoras. Juntamente com as alunas que eram empregadas domésticas, se encontravam duas vezes por mês para trocarem experiências vivenciadas nas casas dos patrões. Em 1985 participou do V Congresso Nacional de Trabalhadoras Domésticas em Pernambuco, onde conheceu Dona Laudelina e a Deputada Estadual à época Benedita da Silva. Ao retornar para Salvador tinha a certeza de que continuaria a luta pela causa das empregadas domésticas e então em 1986 conduziu a criação da Associação das Trabalhadoras Domésticas da Bahia.

Assim como Dona Lenira e Dona Laudelina, Dona Creuza participou do movimento pela nova constituição democrática chegando a acompanhar o processo em Brasília. Seu empenho e dedicação a levou a integrar e liderar, em 2011, a delegação de trabalhadoras domésticas na 100ª Conferência Internacional do Trabalho – CIT, juntamente com Sueli Maria dos Santos, Ione Santana de Oliveira e Maria Noeli dos Santos. (ONU, 2011).

Dona Creuza disputou eleições para vereadora em 1996, 2000 e 2004 e para deputada federal em 2006, não obtendo êxito em nenhuma dessas campanhas. Foi reconhecida coletivamente, chegando a receber vários prêmios como: Prêmio Revista Cláudia, “Mulheres que fazem a diferença, na categoria trabalho social”, em 2003; Prêmio Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, em 2003 pela luta contra o trabalho infantil e, em 2011, pela luta por igualdade racial. Foi também indicada para o prêmio 1000 mulheres para o Nobel da Paz, em 2005; para o Troféu Raça Negra da Faculdade Zumbi dos Palmares, São Paulo, em 2013; para o Troféu Mário Gusmão da Faculdade do Recôncavo da Bahia, em 2013; Homenagem “Mulheres Guerreiras”, da Previdência Social; Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, juntamente com Carmem Lúcia, Mary Garcia, entre outras, em 2015. Atualmente Dona Creuza é Secretária Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

A atuação de força e resistência por todo Brasil dessas pioneiras como Dona Odete no Rio de Janeiro, Dona Lenira no Recife, Dona Creuza em Salvador, bem como de tantas outras mulheres negras, empregadas e ex-empregadas domésticas, mesclada aos registros de suas experiências nas casas dos patrões, constroem uma narrativa dos sujeitos subalternizados, dominados e inferiorizados. Suas existências insurgem no desejo de afirmar a sua humanidade negada e desconfigurar a relação social, econômica e política piramidal cuja base, onde estão situadas, sustenta toda a estrutura.

A FANPAGE - EU EMPREGADA DOMÉSTICA: UM ESPAÇO DE DENÚNCIA, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO

A luta pela garantia de direitos trabalhistas das empregadas domésticas até a atualidade percorreu longa trajetória cujos êxitos começaram a aparecer recentemente com a Proposta de Emenda Constitucional - PEC das Domésticas, que estendeu os direitos reservados aos trabalhadores urbanos e rurais, arrolados pelo art. 7º da Constituição Federal do Brasil, aos/as empregados/as domésticos/as. Porém, na prática, não se refletiu o avanço constatado na legislação.

A luta é cotidiana e há a formação de vários “quilombos do futuro”², e também várias formas de resistir à violação dos direitos humanos. A resistência e o enfrentamento podem ser encontrados na utilização do ciberespaço e das redes sociais na internet como uma forma de divulgação da luta, de exposição e denúncia de um problema, ou de busca por soluções coletivamente construídas. A *fanpage - Eu Empregada Doméstica*, criada exclusivamente para que as empregadas domésticas possam tornar públicas suas experiências na casa dos patrões é um exemplo de “quilombo do futuro”.

Preta Rara, a criadora da *fanpage*, é uma mulher negra, natural da cidade de Santos-SP, hoje *rapper*, *turbanteira*, modelo *plus size*, idealizadora de projetos como o de empoderamento de mulheres acima do peso, o Ocupação GGG, poetisa, empresária, professora de história etc. Em 2016, Preta Rara decidiu colocar em prática a ideia de compartilhar uma parte de sua história na sua página pessoal do *Facebook*. Passou a registrar fatos ocorridos quando exercia a profissão de empregada doméstica, inserindo ao final a *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica. Convidava as pessoas a fazerem o mesmo como uma forma de buscar respeito, chamando a atenção para um dos problemas recorrentes que envolvem as mulheres negras, qual seja a predestinação para o serviço doméstico. Preta Rara informa:

É o seguinte... A partir de hoje começarei a escrever aqui no face coisas que eu já ouvi e/ou vivenciei quando eu era empregada doméstica. Para quem quiser escrever seus relatos, utilizarei a hashtag #EuEmpregadaDoméstica. E tenham mais respeito com essas profissionais porque na maioria das vezes essa foi a única opção de quem não tinha outra escolha. Conheço várias empregadas domésticas que tinham vários sonhos de profissão, mas como a maioria dessas são negras e ser negra aqui no Brasil você é ensinado que não tem o direito de escolher. Mas, temos sim, viu? #PretaRara. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

A iniciativa surtiu efeito e no dia seguinte à publicação, sua página pessoal já contava com 20 mil seguidores/as, o que a fez criar uma página específica, seguida hoje por quase 164.000 pessoas. Preta Rara relata que

No dia 19/07 comecei a relatar alguns casos que aconteceram comigo quando eu era Empregada Doméstica, e logo veio a ideia de expor não

² Termo utilizado como enredo da Escola de Samba Vai-Vai no carnaval de 2019, retratando a luta, passada e contemporânea, das pessoas negras por justiça e igualdade. Disponível em: < <https://ligasp.com.br/categorias/noticias/o-quilombo-do-futuro-sera-o-enredo-da-vai-vai-para-o-carnaval-2019> >. Acesso em: 07 março 2019.

só a minha história, mas dividir isso com os meus seguidores aqui no Facebook e incentivar as pessoas contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são Empregadas Domésticas. Recebi muitos relatos e resolvi criar essa página para divulgar. Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que as patroas dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos. Saudações Africanas! #PretaRara 21 julh. 2016. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Seu primeiro registro, que fora realizado em sua página pessoal, no dia 19 de julho de 2016, às 16:11 da tarde, foi replicado na página *Eu Empregada Doméstica*, no dia 21 de julho de 2016, sendo compartilhado por mais de 2 mil pessoas e tendo recebido 3 mil e quinhentas curtidas.

No canto direito superior da página eletrônica, Preta Rara disponibiliza um endereço de *e-mail* para que as trabalhadoras domésticas possam contar a experiência pela qual passaram ou ainda passam e a partir daí ela mesma faz as publicações no *Facebook*, não revelando o nome das pessoas envolvidas, na maioria dos casos registrando apenas as iniciais e, ainda, ocultando, quase sempre, informações sobre a cidade na qual se deu a experiência.

Há relatos não apenas de empregadas domésticas, mas de babás, cuidadoras de idosos, diaristas, caseiros. Não há apenas experiências próprias, mas de filhos e filhas contando a história de suas mães, netos e netas a de suas avós, sobrinhas contando a história de suas tias, primas e amigas querendo ajudar outras amigas, noras contando a experiência de suas sogras. Há relatos de pessoas que trabalham como babá ou empregada doméstica em outros países, há relatos de empregadores preocupados em cumprir direitos trabalhistas e, ainda, de pessoas que já estiveram do outro lado da relação e agora se arrependem de certos comportamentos ao lembrar de como tratavam as profissionais.

Há pessoas que usam a página para tecer elogios aos patrões que um dia agiram de forma respeitosa e solidária com suas funcionárias. Nesse caso, a dona da página faz a solicitação: *Me conte suas experiências positivas na casa que você trabalha ou já trabalhou. Envie no e-mail: euempregadadomestica@gmail.com com o assunto: Humanizado. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).*

Há publicações de pessoas que foram obrigadas a se submeterem ao trabalho doméstico, que são indiretamente afetadas, que apenas acompanham a página, que escrevem sobre a vizinha, que contam a história de uma conhecida. A página abre ainda espaço para quem quiser escrever sobre o seu quarto de empregada na casa dos patrões e faz um alerta:

Como sugestão de uma leitora aqui da página para não termos problemas jurídicos. Ao invés de enviarem foto, descreva como é o seu quarto de empregada. Envie por email: euempregadadomestica@gmail.com - #PretaRara #EuEmpregada-Doméstica - 3 de outubro de 2016. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

A *fanpage* abre espaço também para postarem exemplos de anúncios abusivos, quando da contratação de empregada doméstica, babá ou diarista. Nesse caso também, a criadora da página faz o convite: *Envie o seu relato ou anún-*

*cios abusivos de contratação de Empregada Domésticas para o nosso e-mail: euempregadadomestica@gmail.com. Lembrando que todos os relatos serão postados em anônimo. #PretaRara #EuEmpregadaDoméstica - 8 de setembro de 2016. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>). Há mais de noventa postagens de anúncios abusivos na página *Eu Empregada Doméstica*, envolvendo a contratação de uma empregada doméstica. Na *fanpage* encontram-se reportagens e a agenda de compromissos de Preta Rara, que envolve participação em oficinas, programas de televisão, congressos.*

São também divulgados vídeos e fotografias de empregadas domésticas que arriscam a própria vida para limpar os vidros de proteção de sacadas em apartamentos ou em sobrados sem qualquer equipamento de segurança. Em sua maioria os relatos envolvem calúnias, não observância de direitos trabalhistas, ofensa à dignidade e assédios moral e sexual.

Calúnia é um crime previsto no Código Penal brasileiro e se dá quando a alguém é imputado falsamente um fato definido como crime como, por exemplo, o roubo previsto no art. 157, do Código Penal. Quanto aos relatos das empregadas domésticas, R.O., em 24 de setembro de 2016, conta:

PATROA: você roubou os dois relógios da minha filha, um não faço questão, mas o outro custou R\$7.000 mil reais e quero ele de volta. Há... não precisa já achei os dois estavam aqui no guarda roupa. Sequer me pediu desculpas por me acusar. Isso aconteceu quando eu trabalhei em Cuibá MT. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

O assédio sexual também tem sua definição no Código Penal brasileiro e ocorre ao “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Decreto Lei n.º 2.848/1940). Vejamos o relato de F.O., feito no dia 16 de novembro de 2016:

Logo depois do casamento, passado um mês mais ou menos, eu sempre o encontrava pela casa somente de cueca ou completamente nu. Eu me sentia muito constrangida. Certa noite ele se encostou em mim enquanto eu lavava a louça, olhei para trás e ele estava sorrindo e afofando seu órgão genital. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Há casos em que as empregadas e ex-empregadas domésticas foram tratadas de forma injusta por conta de preconceitos que podem estar relacionados à raça, gênero, religião, situação social, orientação sexual etc. É o que se constata no relato de Preta Rara, em 21 de julho de 2016, quando abre as publicações de sua página eletrônica revelar uma prática discriminatória relacionada à situação social.

Joyce você foi contratada para cozinhar para a minha família e não para você. Por favor, traga marmitta e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha. Não é por nada, tá filha, só para gente manter a ordem da casa. (Patroa Jussara, em santos 2009 – meu último emprego como doméstica). (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Em outro relato, em 21 de julho de 2016, V.M. também registra um caso de

discriminação que remonta ao período escravocrata quando a casa grande não permitia qualquer aproximação com a senzala que pudesse confundir os lugares a serem ocupados por colonizadores e colonizados. A mobilidade social, e ousamos dizer racial, é impedida em ações cotidianas que colaboram para fixar lugares de sujeitos em uma estrutura perversamente hierarquizada. V.M. relata:

Quando eu cheguei em Brasília o primeiro emprego que consegui foi de doméstica, assim que me mostrou a casa a patroa me mostrou alguns objetos e disse “você só pode comer nesse prato, com esse talher e essa xícara. Não pode de jeito nenhum usar os mesmos objetos que a gente pra comer”. Nunca mais voltei naquele lugar. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Foram encontrados relatos, como o de I.C., em 10 de setembro de 2016, contando sobre o quartinho da empregada, abafado, pequeno, compartilhado muitas vezes com objetos indesejados da casa.

[...] meu quarto que ficava nos fundos em frente à área de serviço! Tão pequeno que não cabia duas pessoas! No guarda roupa só tinha uma gaveta para mim, já que todo o restante estava com as “tralhas” sem serventia! Achei estranho! Por que vou ficar nesse quarto? Cheio de entulho e baratas? (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

E também sobre o uso do elevador de serviço, como demonstrado por M.O., em 2 de agosto de 2017:

[...] Eu disse que estava quebrado. Então ela me disse: eu quero descer com o elevador, você vai ter que sair do elevador e usar as escadas porque não vou entrar no elevador com você. Eu disse que não iria descer, que se ela quisesse que esperasse eu terminar de subir para usar o elevador. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Ainda com relação a uma segregação espacial que violenta as empregadas domésticas em seu ambiente de trabalho, o fato de ter que dormir no chão em péssimas condições, foi relatado A.P. em, 19 de outubro de 2016:

Tinha um quartinho pra empregada mais como já tinha outra pessoa trabalhando lá ela dormia nesse quarto, que era muito pequeno mesmo é só dava ela, eu dormia num colchonete velho bem fino no chão na área da mini lavanderia entre a máquina de lavar e os baldes, fazia um frio terrível. Lá e os lençóis era bem finos e um travesseiro velho, que pena que eu não posso mostrar a foto ela reconheceria na hora. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Mara e J.A. relatam que são reservadas para as empregadas domésticas comidas estragadas, velhas ou azedas, em flagrante desconsideração da humanidade da empregada doméstica por suas patroas.

Minha mãe, uma vez, chegou a ver a patroa colocar a comida velha por baixo da comida nova e servir para ela comer. E minha patroa, para não jogar a comida velha no lixo, me acordava para comer. (Relato de Mara, em 16 de agosto de 2017). (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

[...] A comida estava azeda, daquelas q chega a babar. Chorei mais como estava com fome comi assim mesmo, quando cheguei em casa a noite e contei pro meu marido o que havia acontecido e ele me perguntou porque eu não tinha vindo embora na mesma hora. (Relato de J.A., em 10 de agosto de 2016). (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

gadadomestica/).

Com relação à desumanização das empregadas domésticas, ainda no campo da alimentação, S.C. diz sobre algo que não é considerado comida, como a água de macarrão, mas que é (ou deveria ser) reservado às empregadas domésticas. S.C. conta em 05 de agosto de 2016 como se “sentiu um lixo”.

Um dia a empregada estava me ensinando como a senhora dona da casa gostava de fazer o macarrão daí ela chegou bem na hora em que íamos escorrer o macarrão daí ela falou assim: nossa vocês passando fome e a gente jogando essa água do macarrão fora, me senti um lixo. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Processos de desumanização, passam também por uma espécie de animalização das empregadas domésticas. V.F.M. conta, em 03 de dezembro de 2016:

Nessa casa trabalhava eu e uma amiga era nos dada as frutas estragadas e na hora do almoço compravam um marmite para nós 2, e a carne era retirada pela patroa, fora isso tínhamos que comer na garagem com os cachorros. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Um lixo, obrigadas a se alimentarem com os cachorros, uma alimentação controlada pelos empregadores, ou relegadas à zona de “ninguém”, como contado por S.C., em 5 de agosto de 2016:

Daí eu atendi o telefone, ela falou quem é? Eu disse meu nome, ela disse: ninguém quer saber quem é você, você não é ninguém, quando eu ligar aí você tem que falar o meu nome, achei que ela foi muito grossa e mal educada, se ela queira que fosse assim acho que deveria explicar pra mim com educação. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Sobre o assédio moral, P.G. relata um caso desses, no dia 01 de agosto de 2016:

Sem contar em um dia que fiz faxina no banheiro dela, e ela me disse que estava sujo e mandou eu limpar com escova de dente. E durante a semana eu terminava o meu serviço as 16:30 ou 17:00 e ia embora. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Outro exemplo também é encontrado no relato de F.J., em 19 de setembro de 2016:

[...] e ter que ouvir que teria que lavar o banheiro com escova dental, ainda tive que lavar o canil descalça pisando nos excrementos do cachorro e ouvir que eu teria que lavar calcinhas enroladas e sujas de menstruação “na mão” pra não estragar a renda. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>).

Observamos, a partir desses relatos, que a *fanpage* é também um espaço resistência e enfrentamento, na medida em que as próprias autoras de suas narrativas decidem denunciar situações que consideram abusivas, dando continuidade, naquele espaço, à luta encabeçada por Preta Rara. Uma luta que fora travada por muitas outras, em outros tempos e espaços, tais como Dona Laudelina, Dona Odete, Dona Lenira, Dona Creuza e tantas outras anônimas que dedicaram e têm dedicado suas vidas para assegurar direitos trabalhistas e humanos das trabalha-

doras domésticas no Brasil. São mulheres negras de vários tempos e espaços que colaboram para a construção de uma narrativa insurgente que reivindica direitos e questiona, provocando desestabilização, estruturas societárias assentadas em processos discriminatórios.

As donas das narrativas expressas na *fanpage - Eu Empregada Doméstica* não se vêem como um objeto comprado pela patroa para limpar sua sujeira e cumprir suas ordens, mas como pessoas e cidadãs “iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, tendo como garantia a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988) e que fazem parte do “quilombo do futuro”.

Embora existam empregadas domésticas com carteira assinada, incentivadas por seus patrões a estudarem e tratadas como profissionais, não é assim que a maioria é tratada ou percebida. Ainda hoje as queixas em sua maioria são semelhantes às realizadas pelas empregadas domésticas no ano de 1949, tendo em vista suas reivindicações, quais eram/sejam:

1. Maior compreensão entre patrões e empregadas. (respeito mútuo, interesse do patrão pela vida da empregada, consideração e reconhecimento para com a empregada).
2. Melhor ordenado, melhor alimentação, boas instalações de moradia.
3. Liberdade na execução do serviço, folgas extraordinárias, liberdade de frequência a escolas noturnas, liberdade para práticas religiosas.
4. Regularização da profissão: horário e serviços contratados, férias anuais, domingos livres e saídas nos dias santos e feriados. Estabilidade no emprego, aviso prévio e aposentadoria.
5. Elevação do nível de educação da classe, por meio de organizações bem orientadas (formação profissional), moral, intelectual etc. da classe.
6. Orientações à patroa quanto a seus deveres. (KWALL, 1949, p. 47-48 apud PINTO, 2015, p. 368).

Sete milhões de trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres e negras, ainda são percebidas como serviçais, objetos sexuais, ou no máximo militantes. São entendidas, não raras vezes, como alguém que aguenta sentir mais dor e que se sujeitará a limpar a sujeira de quem alega falta de tempo e/ou se recusa a fazer o trabalho, embora não se recuse a dominar, “*humilhar*” - palavra recorrente nas denúncias das empregadas domésticas - e violar a dignidade humana alheia.

Além da vulnerabilidade institucional na casa dos patrões, as trabalhadoras domésticas são frequentemente tratadas com preconceito, abuso de poder e humilhação. Desse modo, os relatos muito mais que informarem sobre suas vivências, como sugeriu a ex-empregada doméstica criadora da página, ativam a busca por dignidade e a continuidade da resistência já amadurecida “por aquelas que vieram antes de nós” conforme preconizado pelos movimentos de mulheres negras. Os relatos revelam a coragem e a força para denunciar maus tratos, o que a empregada doméstica V.S., por exemplo, em 5 de janeiro de 2017, conseguiu registrar: *Hoje fui humilhada pelo filho da minha patroa me tratou muito mal e ainda escarrou na minha cara. #EuEmpregadaDoméstica. (<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>)*.

Acerca da continuidade de uma resistência e enfrentamento iniciadas há tempos atrás, percebemos que muitas mulheres ao narrarem suas experiências utilizam expressões que permitem fazer uma ligação com as raízes históricas do Brasil colonial. São presentes as palavras: *sinhá, mucama, casa-grande, Isaura, escrava* e variações, até mesmo a palavra *apartheid*, que se refere ao regime de separação da população por grupos raciais, aparece.

De certa forma, elas sabem que “o resultado das práticas racistas de seleção social é o acesso preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade” (CARNEIRO, 2018, p. 54) e que as mulheres negras carregam o peso de “uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência” (CARNEIRO, 2018, p. 52). O que ajuda a explicar a luta por direitos que afirmem sua condição humana e a participação plena da vida. Ou ainda que assegurem o exercício pleno de sua liberdade, cidadania, bem como a preservação de sua dignidade humana e a proteção de sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para acionar uma memória coletiva, ainda não suficientemente explorada, que informa sobre trajetórias de sujeitos que foram historicamente subalternizados, fundamental é evidenciar histórias, fragmentos de vidas, narrativas insurgentes e lutas. Por acreditar que outra história pode ser contada é que estudamos neste artigo trechos das histórias de vida e luta de Esperança Garcia, Laudelina de Campos Mello, Odete Maria da Conceição, Lenira Carvalho e Creuza Maria de Oliveira, referenciando a força e a resistência delas na disputa por suas narrativas, bem como o encontro de seus ideais em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas embora cada uma se organizasse à sua maneira em um canto diferente do Brasil.

Foi chamada a atenção para o Estado, enquanto regulador das relações sociais e trabalhistas, acessando as artimanhas da elite com suas estratégias de dominação de segmentos tornados inferiores e de manutenção de seus privilégios. Avançamos ao analisar uma narrativa insurgente de mulheres, em sua maioria negras, empregadas e ex-empregadas domésticas, que apresentaram seus relatos na *fanpage - Eu Empregada Doméstica*. Observamos flagrantes processos de violação de direitos fundamentais, que são denunciados e enfrentados coletivamente em um ambiente das redes sociais.

Além das denúncias, as narrativas informam sobre inovadoras formas de resistência e enfrentamento às heranças coloniais e às violações de direitos trabalhistas e humanos. Na *fanpage* aquelas mulheres indicam que se sentem “*ouvidas*” e até “*acolhidas*”, utilizando uma linguagem compartilhada e profundamente compreendida, o que pode ser notado pela replicação da *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica. Além do compartilhamento de dores, revela-se a consolidação de

laços que as ligam entre si, culminando em propostas de formas de existência e resistência coletiva e solidária.

As lutas pela efetivação dos direitos humanos podem ser contadas desde várias perspectivas e assim como na descrição dos fragmentos de vidas, como os de Dona Laudelina, é possível contar sobre toda uma movimentação social e política protagonizada por mulheres negras na busca por efetivação de direitos trabalhistas e realização da dignidade humana, nos deparamos na *fanpage - Eu Empregada Doméstica* com um potente campo de lutas por direitos das trabalhadoras domésticas, que desvelam uma narrativa insurgente que denuncia maus tratos e violações de direitos e indicam resistências e enfrentamentos articulando pautas complexas como o antirracismo, antimachismo (DAVIS, 2018) e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARDOSO, Claudia Pons. "Experiências de Mulheres Negras e o Feminismo negro no Brasil". **Revista da ABPN**, v.10, n.25, p.317-328, Mar. Jun, 2018.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **Escritos de uma vida**: Sueli Carneiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese. (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Joaze Bernardino. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos**. 2007. 287f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CRESPO, Fernanda Nascimento. Laudelina de Campos Mello: Histórias de Vida e Demandas do Presente no Ensino de História. **Revista Cantareira**, v.1, n.24, p. 162-177, Jan. Jun, 2016.

DAVIS, Angela. Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Matéria de Alê Alves para o **El País**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html> Acesso em 23 fev. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Portugal: Plataforma Gueeto, 2013.

ELAS, Fundo de Investimento Social. **Série Trabalhadoras Domésticas: Direitos e Desafios – Uma conversa com Creuza Oliveira**. 2017. Disponível em: <<http://www.fundosocialelas.org/noticias-conteudo.asp?cod=371>> Acesso em: 06 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

NARLOCH, Leandro. **Escravos: a vida e o cotidiano de 28 brasileiros esquecidos pela história**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

ONU Brasil: **Trabalhadoras domésticas brasileiras participam a partir de hoje (1/6) da 100ª Conferência Internacional do trabalho**. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/trabalhadoras-domesticas-brasileiras-participam-a-partir-de-de-hoje-16-da-100%C2%AA-conferencia-internacional-do-trabalho-em-genebra/>> Acesso em: 23 fev. 2019.

PEREIRA, Amilcar A. Resistência também dentro da escola. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. nº101, fev/2014.

PINTO, Elisabete A. **Etnicidade, gênero e trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. 1993. 493f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de Campinas, São Paulo, 1993.

PINTO, Elisabete A. **Etnicidade, Gênero e Educação: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

RONCADOR, Sônia. Escritoras de avental: notas sobre o testemunho de uma doméstica. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 163-187, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/letras/article/viewFile/255/272>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WAISELFISZ, Júlio J. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo" In: _____. **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux** [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.